

Na luta pela democracia: mulheres se organizam para denunciar estado de exceção no Brasil

Mulheres de diversas inserções sociais criaram no último dia 3 de fevereiro o Comitê de Mulheres Pela Democracia, em São Paulo. De acordo com nota divulgada pelo grupo, a ação tem como objetivo “denunciar o aprofundamento do [estado de exceção no Brasil](#) e a intolerável violação cotidiana aos direitos da cidadania e da soberania popular conquistados a partir de duras lutas, bem como construir formas eficazes de resistência à avalanche regressiva”.

[\(Católicas pelo Direito de Decidir, 06/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Católicas pelo Direito de Decidir integra o Comitê. Maria José Rosado, presidenta da organização, explica que o objetivo do grupo é [lutar pela democracia](#), incluindo o direito do [ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva](#) de ser candidato nas eleições deste ano. “O grupo é suprapartidário e defende que o Lula seja, como outras candidaturas, democraticamente, submetido ao voto popular”.

A ideia é mobilizar mulheres de todo o país, reconhecendo e unindo outros grupos e mobilizações. “Queremos que o maior número possível de mulheres venha a rua, se mobilize, se manifeste contra a cotidiana perda de direitos que acontece no Brasil”, comenta Rosado.

Inspirado no movimento argentino Mães da Praça de Maio, o Comitê se reunirá semanalmente no vão no MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, na Avenida Paulista. Os atos acontecerão após o Carnaval, às quartas e quintas-feiras, a partir das 17h.

Confira a nota abaixo:

No dia 03 de fevereiro de 2018 foi instalado na cidade de São Paulo mais um Comitê de Mulheres Pela Democracia. Integrado por representantes de várias áreas do conhecimento e de movimentos da sociedade, tem como objetivo principal denunciar o aprofundamento do estado de exceção no Brasil e a intolerável violação cotidiana aos direitos da cidadania e da soberania popular conquistados a partir de duras lutas, bem como construir formas eficazes de resistência à avalanche regressiva.

As mulheres que o integram repudiam todas e quaisquer ações que desconstituam o estado social que a Constituição de 1988 buscou normatizar. Colocando -se na defesa intransigente dos direitos inscritos nessa Constituição, insurgem-se contra quaisquer iniciativas que impeçam as eleições soberanas em nosso país para que o voto popular seja livre e respeitado. Nesse cenário, colocam-se na defesa do direito de o ex-presidente Lula dela participar como candidato, garantindo-se um pleito legítimo que permita que os eleitores façam sua escolha validamente!